



INSTITUTO DE HUMANIDADES - IH

BACHARELADO INTERDISCIPLINAR EM HUMANIDADES

MARIA REGILANE DE OLIVEIRA CASSUNDÉ

**A EFETIVAÇÃO DA POLÍTICA DE REFORMA AGRÁRIA: ANÁLISE E
DIAGNÓSTICO NO ASSENTAMENTO ALEGRE, MUNICÍPIO DE
QUIXERAMOBIM, CEARÁ**

REDENÇÃO – CE

2019

MARIA REGILANE DE OLIVEIRA CASSUNDÉ

**A EFETIVAÇÃO DA POLÍTICA DE REFORMA AGRÁRIA: ANÁLISE E
DIAGNÓSTICO NO ASSENTAMENTO ALEGRE, MUNICÍPIO DE
QUIXERAMOBIM, CEARÁ**

Trabalho de Conclusão de Curso em formato de projeto de pesquisa do Curso de Humanidades da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Humanidades.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Janaina Campos Lobo

REDENÇÃO – CE

2019

MARIA REGILANE DE OLIVEIRA CASSUNDÉ

**A efetivação da política de Reforma Agrária: análise e diagnóstico no
Assentamento Alegre, município de Quixeramobim, Ceará**

Trabalho de Conclusão de Curso em formato de projeto de pesquisa do Curso de Humanidades da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Humanidades.

Aprovado em: ____ / ____ / ____.

BANCA EXAMINADORA

Prof^a. Dr^a. Janaina Campos Lobo (Orientadora)
Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB)

Prof. Dr. Ricardo Ossagô de Carvalho
Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB)

Prof. Dr. Lucas Marcelo Tomaz de Souza
Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB)

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	05
2. JUSTIFICATIVA.....	07
3. DELIMITAÇÃO/PROBLEMA DE PESQUISA.....	09
4. OBJETIVOS.....	11
4.1 Objetivo Geral.....	11
4.2 Objetivos específicos.....	11
5. HIPÓTESE.....	12
6. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	13
6.1 Alguns Conceitos.....	13
6.2 A Reforma Agrária que Temos.....	14
6.3 Assentamentos no Brasil: A Reforma Agrária em Perspectiva.....	14
6.4 Contextualização da Reforma Agrária.....	15
6.5 A Questão Agrária no Ceará.....	18
6.5.1 <i>As Primeiras Lutas por Terra e a Chegada do MST no Ceará.....</i>	<i>18</i>
6.5.2 <i>As Tentativas de Reforma Agrária no Ceará e Seus contrastes.....</i>	<i>20</i>
6.6 <i>Quixeramobim: Justiça Social Por Meio de Justiça Agrária.....</i>	<i>23</i>
7. METODOLOGIA.....	26
8. REFERÊNCIAS.....	28
9. ANEXOS.....	29

1 INTRODUÇÃO

No cenário de um preponderante sistema de agricultura capitalista, constata-se várias problemáticas, sendo as mesmas de caráter social, econômico, cultural e político, de modo que se perpetua uma estrutura agrária que se contrapõe ao desenvolvimento das relações necessárias para composição de uma sociedade capaz de auto determinar seu desenvolvimento.

As forças produtivas do campo vêm sendo regidas pelas relações de poder e práticas comerciais baseada na expansão de *commodities* agropecuárias, sem se preocupar com o exercício social que a terra tem que cumprir¹.

A reforma agrária traz uma proposta de alterar essa estrutura posta, a qual é inegavelmente desigual. Assim, a reforma agrária pretende revisar a distribuição de poder que predomina no meio rural, o qual impõe uma forma de exploração agrícola mais perversa: propõe substituir essa maneira de exploração da terra, de forma a contemplar uma dinâmica socioeconômica e ambientalmente mais equilibrada, bem como também mais justa e igualitária.

De acordo com STEDILE (2013), a produção agrícola está concentrada nas mãos das agroindústrias que controlam a forma de produção agrícola, desde o uso das sementes em qualidade, os insumos utilizados e a forma de comercialização. Ainda do mesmo autor, há o argumento de que não há como eliminar o domínio hegemônico sem prescindir de uma reforma agrária profunda, tendo em vista que deve-se alterar o perfil da distribuição de terra, haja vista que a concentração de terra está na base do sistema de dominação, cuja cúpula são grandes agroindústrias.

Nesse sentido, discutir o desenvolvimento sócioeconômico e suas contribuições do profissional da área humana junto à política de reforma agrária, levando em conta todos os seus desafios, precariedades e descasos por parte do Estado, é urgente e necessário. Portanto, traz-se presente, neste projeto, a problemática dos desafios existentes junto à política de reforma agrária. Numa perspectiva geral pretende-se compreender como o fortalecimento da política de reforma agrária contribui para o desenvolvimento socioeconômico das famílias assentadas no “Assentamento Alegre” em Quixeramobim, no Ceará. De forma mais específica busca-se elucidar os desafios

¹ Tais relações derivam basicamente da condição de acesso da população rural à terra e são extremamente rígidas. Quando uma situação desse tipo se configura, ou se muda completamente a estrutura da propriedade da terra, provocando um desequilíbrio em todo o sistema, ou a organização econômica prevalecente no meio rural não tem como aumentar a produção e a renda da população rural em magnitude suficiente para atender às necessidades do conjunto da população e eliminar o desemprego e a pobreza rural (STEDILE, 2013, pág 93).

e dificuldades das famílias assentadas em seus processos de organização e resistência na luta pela terra.

Na ocasião, ressalta-se a importância de reconhecer a imprescindibilidade da reforma agrária e suas melhorias da qualidade de vida junto às famílias, tomando o Estado como responsável por fomentar essa política de fortalecimento da agricultura familiar e camponesa e, além disso, como o ente que deve garantir a permanência das famílias no campo, com dignidade e justiça social.

O que me instiga a pesquisar esse tema deve ao fato de avaliar que necessitamos escrever mais sobre a reforma agrária: em razão de trabalhar em áreas de assentamentos rurais e visualizar que essa política vai bem mais além do mero acesso a terra, pondero ser preciso escrever mais sobre essa área, para que haja um entendimento sobre o papel da reforma agrária e sobre o que essa política vem trazendo de positivo na construção de uma sociedade mais livre, justa e igualitária.

Esse tema apresenta grande relevância social, uma vez que traz à tona uma discussão sobre quais os impactos que a reforma agrária traz para as famílias beneficiárias, sobre o acesso a terra, soberania, subsistência e segurança alimentar, liberdade quanto à forma de plantar, a inserção de toda a família no processo de desenvolvimento dos assentamentos, garantia de acesso às políticas públicas agrárias (tais como acesso à água para consumo e produção, energia, acesso a saúde, educação, dentre outras), além de discutir outras políticas como as que contemplam acompanhamento as famílias para a produção e comercialização dos produtos da reforma agrária, como Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF, Programa Aquisição de Alimentos- PAA, Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE, Projeto São José - PSJ, Assistência Técnica e Extensão Rural - ATER.

2 JUSTIFICATIVA

As razões que me levaram à escolha desse tema, bem como também da área geográfica em questão, qual seja, o Projeto de Assentamento Alegre, em Quixeramobim, se justifica por duas distintas motivações. A primeira deve-se ao fato do Assentamento Alegre fazer parte do território político do Movimento dos Trabalhadores Rurais - MST na região do Sertão Central. Esse movimento em seu acompanhamento atua de forma muito ampla junto às famílias beneficiárias, englobando várias áreas e, dentre elas, uma forma de produção com uma ideologização do processo produtivo sustentável, bem como também no fortalecimento da agroecologia, a partir de estudos, formações e capacitações dos camponeses e camponesas assentadas no PA.

A segunda motivação se dá por eu ter sido parte desse assentamento, quando exercia um acompanhamento junto às famílias beneficiárias, ora como militante social, ora como Assessora Técnica, através do convênio de assessoria de ATER/ATES, o que evidenciou o interesse e a necessidade de aprofundar o entendimento acerca da importância da reforma agrária na vida dessas famílias e a representação política da agricultura de base desenvolvida no PA, perante essa conjuntura do agronegócio.

A ATER/ATES², desempenha acompanhamentos e orientações produtivas, social, ambiental, econômica e cultural, desenvolvendo junto às famílias assentadas ações de trabalhos com perspectivas técnica e pedagógica, a partir de um direcionamento que engloba a construção da cidadania com enfoque de gênero, raça, geração/etnia. A abordagem sócioeconômica dá-se por meio de orientações, estruturações e inserções da forma de explorar a cadeia produtiva local voltada à busca de práticas de conservação do solo, recuperação e uso sustentável da natureza de forma geral, bem como também trabalhar a inserção do jovem nas atividades, seja de exploração agropecuárias ou não, bem como a promoção de atividades culturais, acompanhamento da gestão das associações e cooperativas, elaboração de planos de desenvolvimento, elaboração e orientação para aplicação de créditos, entre outras ações.

² Assessoria Técnica Social e Ambiental (ATES), de acordo com o programa de assistência técnica do Instituto de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), tem como objetivo: Assessorar técnicas sociais, ambientalmente as famílias assentadas, nos projetos de Reforma Agrária e Projetos de Assentamentos reconhecidos pelo INCRA, tornando as unidades de produção estruturadas, com segurança alimentar garantida, inseridas de forma competitiva no processo de produção, voltadas para o mercado, integradas à dinâmica do desenvolvimento municipal e regional, de forma ambientalmente sustentável. (MDA/INCRA, 2008).

A magnitude de se produzir pesquisas neste campo é essencial para que as pessoas compreendam como funciona o acesso a terra a partir da reforma agrária, sendo notório que há uma série de incongruências e estigmas em torno da redistribuição de terra, cujo cerne é a desinformação ou a escassa produção sobre como os assentamentos se conformam e se organizam. Cabe também elucidar, a partir desta pesquisa no Assentamento Alegre, que a terra possui um papel social para com a sociedade, trazendo um comparativo da forma de exploração da terra daquele latifúndio anteriormente ocupado e depois de ser assentamento, bem como também a exibição da produção retirada da terra antes e depois da reforma agrária. Vê-se portanto, que este projeto busca não apenas discutir a reforma agrária, mas discutir o depois: o que, como e de que forma os assentamentos, neste caso o PA Alegre, se organiza social e economicamente?

Pesquisar sobre a reforma agrária é proporcionar uma inteligibilidade sobre a importância de executar uma política de redistribuição de terras, a qual deve vir acompanhada de formas de assistência que garantam a manutenção das famílias na terra. Além disso, busca-se enfatizar a produção de assentamentos, com destaque para o desenvolvimento socioeconômico dos mesmos.

3 DELIMITAÇÃO/PROBLEMA DE PESQUISA

A reforma agrária sempre foi um tema controverso, na medida em que tem sido duramente atacada por setores conservadores e ligados ao agronegócio. Tal tema, igualmente, sempre foi muito questionado por parte da sociedade, mais precisamente pelos grandes proprietários e latifundiários que defendem que reforma agrária não é viável. Apesar dessa leitura, o tema mostra-se pertinente uma vez que houve

[...] a ampliação da concentração da terra e da renda no meio rural. Especificamente no aspecto da terra, o país convive com uma das maiores taxas de concentração do mundo, fazendo com que o problema agrário permaneça como elemento central no cenário político nacional (Mattei, 2016, p. 241).

Nesse sentido, essa pesquisa pretende mostrar que a política de Reforma Agrária tem sido muito significativa e construtiva na vida das famílias beneficiárias, que antes viviam em estado de morador, meeiro e vendedor da sua força de trabalho. Porém, é importante ressaltar que a conquista da terra representa somente um passo, e que seria necessário um acúmulo de ações para que os trabalhadores rurais assentados possam batalhar por mais conquistas.

O Movimento dos Sem Terra (MST) possui algumas diretrizes de assentamento, nas quais se define algumas linhas de lutas a serem seguidas para garantir efetivação da reforma agrária, de modo a desenvolver tecnologias adequadas para a realidade no semi-árido, recuperando e preservando os recursos naturais. Além desses elementos STEDILE (2011) explana que o MST defende um programa de Reforma Agrária que tenha algumas características básicas como a democratização da terra, oportunizando o acesso a todos os brasileiros que queiram trabalhar na agricultura e, assim, reformando a estrutura fundiária do país. Bem como também a exploração das cadeias produtivas de forma sustentável, apoiando a produção familiar e cooperativa.

Partindo deste princípio temos as seguintes indagações: a reforma agrária tem sido satisfatória no assentamento Alegre? As famílias beneficiárias tiveram impactos positivos? Tendo em vista que trata-se de um assentamento acompanhado pelo MST, o qual possui diretrizes, podemos avaliar que o PA Alegre produz de forma sustentável? As famílias estão envolvidas em um contexto coletivo? As famílias já conquistaram todas as políticas públicas necessárias? Existe diversidade na produção? Quais as cadeias produtivas exploradas? As mulheres estão inseridas nas tomadas de decisões do assentamento? Quais as principais fontes de renda das

famílias? Existem áreas de produção coletiva? Como se apresentam os índices das escolaridades dos assentados e seus dependentes? Como se dá a forma de organização da gestão do assentamento? Como se trabalha a autonomia das mulheres na produção? Como se dá a forma de exploração das culturas?

Designando responder as indagações acima, o vigente projeto buscará através, dos métodos que partirão de abordagens quantitativa e qualitativa, identificar, entre as famílias assentadas, o que as mesmas avaliam como avanços na política de reforma agrária e quais avanços obtiveram.

Com o propósito de contemplar os questionamentos realizados, pretendemos realizar diálogos coletivos junto às famílias do Assentamento Alegre, bem como elaborar questionários que serão aplicados de forma individual a cada família, para que possamos ter a dimensão das formas de produção, principal fonte de renda, produção, créditos e políticas públicas acessados, dentre outras questões.

4 OBJETIVOS

4.1 Objetivo geral

Pretende-se compreender como fortalecimento da política de reforma agrária, contribui para o desenvolvimento socioeconômico das famílias assentadas no Assentamento Alegre, em Quixeramobim no Ceará, buscando compreender as dificuldades das famílias assentadas e seus processos de organização e resistência na terra.

4.2 Objetivos específicos

- * Identificar a importância da política de Reforma Agrária entre as famílias beneficiárias;
- * Compreender como ocorre a organização social, econômica e política de um assentamento, neste caso, o Alegre em Quixeramobim/CE;
- * Avaliar o acesso das famílias assentadas aos créditos rurais e políticas públicas voltadas aos assentamentos da Reforma Agrária;
- * Analisar a cadeia produtiva do assentamento e o impacto da redistribuição de terras entre as famílias beneficiárias;

5 HIPÓTESE

Tomando como exemplo o caso do assentamento Alegre, em Quixeramobim, vê-se que a política de reforma agrária não se encerra quando da distribuição de lotes às famílias assentadas. Nesse sentido, parto da hipótese que a justiça agrária deve contemplar outros aspectos que não se restringem ao direito real de uso da terra por parte de famílias assentadas. É tomando como parâmetro entraves, os quais serão descritos quando da realização da pesquisa, os quais vêm prevalecendo por parte do governo atual, que não tem a reforma agrária como prioridade (vide o fortalecimento do conservadorismo da elite dominante, manutenção da existência de grandes latifundiários, crescimento político e decisório da bancada do agronegócio), que entendo essa inoperância como um dos maiores empecilhos para a plena efetivação da reforma agrária. É na hipótese que a reforma agrária não se encerra quando da mera redistribuição de terra que essa pesquisa se ampara para compreender como se dá o processo de assentamento e como é possível promover uma transformação profunda e efetiva na estrutura fundiária brasileira.

6 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

6.1 Alguns Conceitos

As reflexões acerca da questão agrária baseiam-se na voracidade capitalista de territorializar-se no campo, seja por meio do controle do uso da terra pela aquisição ou pelo arrendamento, na contratação de trabalhadores assalariados, configurando maior concentração de riquezas e terras e mantendo a situação fundiária “conservada”.

É necessário compreender as reflexões de Marcos (2006), ao assegurar que o campo brasileiro contemporâneo tem sido caracterizado pela presença de dois modelos e projetos de desenvolvimento antagônicos, que tem construído dois territórios distintos, entretanto, combinados, que são:

De um lado, o *território capitalista*, território do latifúndio grilado, do agronegócio, do transgênico, da produção para o mercado externo. De outro, mas inserido neste, o *território camponês*, da pequena unidade de produção familiar, conquistado na maior parte das vezes com sangue, território da produção de alimentos para o mercado interno (MARCOS, 2006, p. 203).

Em meio a essa realidade, ver-se a construção do território do agronegócio como forma de expropriação camponesa. Nessa lógica, Fernandes (2010) nos mostra que o agronegócio tem, a cada ano, se territorializando com maior velocidade, desterritorializando a agricultura camponesa. Associa-se também o fato é reafirmado pelo Estado, que tem como base de desenvolvimento o modelo do agronegócio, em detrimento da realização da reforma agrária.

Sem desmerecer a história da luta pela terra em nosso país, elenca-se que a questão fundiária habita como um problema herdado do conservadorismo brasileiro e da estratégia latifundiária dominante desde o processo de colonização, aos quais mantinham seus territórios sob o domínio fazendário dos coronéis da época. Nesse sentido, nossa região que por vezes apresenta altos índices de pobreza, miséria e demais mazelas da região não poderiam ser atribuídos apenas às cíclicas secas, mas a um problema de estruturação social, a partir das relações de semiservidão impostas pelas oligarquias semifeudais centradas na grande propriedade, na hegemonia do coronelismo e do colonialismo (MARIÁTEGUI, 2010).

Alencar (2005), ao analisar a ação do estado na implementação das políticas fundiárias de 1971 a 2003, o que não parece diferente para os anos petistas (2003 a 2014), registra que os programas não atingiram sequer a desigual estrutura fundiária, e mais, “se por um lado agiam de maneira suave para amansar a população camponesa descontente, por outro, viabilizam e recompensam os latifundiários, com

políticas públicas compensatórias e econômicas”. Para ele o Estado ao “(...) operacionalizar instrumentos compensatórios como programas de assentamentos, cria mecanismos para recompensar ou para manter as formas agrárias, como os projetos de incentivo ao agronegócio e ao biodiesel” (Ibidem, p.275).

No início da gestão do Lula esteve em questão o modelo de reforma agrária que deveria ser adotado. Norteada pela tentativa de proposta do Plano Nacional de Reforma Agrária, apresentada em 2003, pela equipe coordenada por Plínio de Arruda Sampaio, considerava todas as formas de obtenção de terras, desapropriação, permuta, compra e venda, e tinha como meta assentar um milhão de famílias entre 2004 e 2007.

6.2 A Reforma Agrária que Temos

A reforma agrária trouxe presente, sempre, a luta por distribuição de terra, haja vista a existência da forte presença do fluxo do capitalismo agrário. Junto a esse contexto se vem um avassalador processo de regressão: na cidadania, nas atividades culturais, bem como uma nova relação com o meio ambiente. Nesse sentido, a luta por reforma agrária vai além do contexto de distribuição de terra, onde revolucionam internamente as pessoas mais subalternas a lutar por mais cidadania, desenvolvimento socioeconômico e luta por mais espaço, bem como a garantia e programas e políticos que venham a garantir as mínimas condições de soberania de vida.

É importante ressaltar, que mesmos em meio a tantas lutas por meio dos movimentos sociais o MST e a Central Única dos Trabalhadores - CUT vêm realizando na tentativa de avanços para com a Reforma Agrária, as mesmas estão priorizando e contemplando enquanto números, e crescendo de forma quantitativa, haja vista, onde muitas vezes a luta e debate por reforma agrária têm visto esse avanço como prioridade, deixando de lado pontos importantíssimos como à garantia de políticas públicas que garantisse qualidade de vida para essas famílias assentadas.

6.3 Assentamentos no Brasil: A Reforma Agrária em Perspectiva

Para o processo de materialidade da conquista da terra, ou seja, oficialização da terra, é necessário passar por um processo de organização da luta, onde passa da condição de sem terra, para a posse de pequeno produtor rural, a qual perpassa por grandes desafios. Nesse sentido, a luta continua na terra, por políticas que contemplem as demais necessidades, onde se reforma esse processo de materialização da terra e não de reforma agrária. Nesse segmento é necessário que o

estado e os movimentos sociais garantam uma forma de planejamento, para que quando seja efetivado o acesso à terra, não restem tantas pendências para que de fato se contemple a reforma agrária e não exclusivamente o acesso à terra.

Nesse contexto de processo de materialização da conquista da terra, é que se murmura uma série de questionamentos a partir das necessidades que acompanham a posse da terra que é, de fato, como realizar o processo de desenvolvimento socioeconômico das famílias. Em meio às ocorrências, é visível a necessidade de se ampliar as lutas e os estudos por parte dos intermediadores da reforma agrária que são os movimentos sociais e o Estado, refletindo de que quando se dá a conquista da terra o processo de efetivação necessita de políticas de acompanhamento a essas famílias para contribuir no desenvolvimento socioeconômico, haja vista que a exploração da terra na produção de alimentos sempre é tratada como empecilhos e em meio a um processo lento de soluções.

Nesse segmento, o Estado é quem dita as regras para os assentados: é nesse processo que os entraves maiores vão permanecendo, quando o Estado realiza a prática de não prioridade para a desapropriação de terra, lentidão nas demandas judiciais, demora na demarcação dos lotes, construção das casas e outras benfeitorias necessárias, bem como também na demora para contratação no sistema de créditos e fragilidade quando existem os programas de assistência técnica e assistência à comercialização, o que dificulta efetivamente a construção do assentamento em uma área de produção.

Já no caso do âmbito político, conclui-se que os assentamentos são frutos de muita luta, entretanto quando conquistada a matéria da terra, em alguns casos, essa prática de 'ter somente a terra' vem acomodando as famílias e desmistificando o processo de luta que deveria permanecer com a prática de reivindicação contínua, exercida quando ainda o indivíduo era acampado sem terra, para a adesão de demais políticas. Desse modo a reforma agrária vem sendo marcada pela deficiência por parte do Estado na realização de políticas públicas, bem como também a fragilidade dos movimentos sociais que vêm sendo perseguidos pelo o próprio Estado, pela oligarquia rural e pela mídia.

6.4 Contextualização da Reforma Agraria

Permeada desde o regime das Sesmarias, cuja posse e tamanho da área estavam condicionados à quantidade de escravos que possuíam, os agricultores (camponeses) que não dispunham de escravos já originavam, como reflete Fabrini e Roos (2014), os posseiros e a pequena propriedade no Brasil. Vale ressaltar que os pequenos proprietários já se viam condicionados a situações em que ocorriam as

relações de total subalternidade. Posteriormente, com o fim das sesmarias (início do século XIX), permanece uma mesma lógica de acumulação amparada pela Lei de Terras, que já previa que só teria o direito a possuir terras quem pagasse por elas.

Enfatizam-se as implicações da modernização das técnicas de produção, beneficiamento e comércio no campo brasileiro, que intensificaram o processo de expropriação dos camponeses e demais trabalhadores rurais viabilizando a permanência da concentração fundiária no Brasil.

No atual cenário da luta de classes, se faz necessário discutir profundamente o papel e o lugar do campesinato em contraste ao modelo do agronegócio, pois a ideologia dominante persiste em dizer que a racionalidade capitalista é a única possível, pois ela é traçada por uma burguesia agrária que não tolera nenhuma iniciativa que manifeste a diversidade nos modos de produzir e viver.

Na ocasião nos apegamos à afirmação de Diniz (2009), que diz que: “aos camponeses resta à luta para entrar ou permanecer na terra e a possibilidade de construção de outro território, onde o sentido da terra não seja apenas do valor econômico, mas também o da reprodução da vida”.

Vale lembrar que são inúmeras as investidas do capitalismo no campo para destruir o campesinato na sua essência. Carvalho (2005) defende a continuação da existência, recriada³, do campesinato, pois sua permanência é funcional e de interesse ao processo acumulativo do capital, que prefere arrendar terras às famílias camponesas, ou utilizar de outras formas de incorporação e integração, do que incorporá-las ao sistema produtivo como trabalhadores assalariados. É necessário compreender como as concretudes desse modelo de desenvolvimento afetam a vida da família camponesa e suas possibilidades de reprodução, pois é do campo que vem grande parte da alimentação consumida pelas famílias brasileiras. O êxodo rural acelera o crescimento das cidades que, subitamente, recebem enormes contingentes sem a mínima infraestrutura de habitação, saúde e educação.

Thomaz Junior (2006), ao analisar o efeito da reestruturação produtiva, aponta a precarização das condições de vida e de trabalho das famílias camponesas e dos assalariados, destacando os seguintes desdobramentos:

- 1) redução das áreas de cultivo destinadas ao autoconsumo e a parte comercial;
- 2) diminuição da capacidade de produção agrícola dos países e das comunidades camponesas pobres;
- 3) a degradação da fertilidade natural das terras;
- 4) o abandono das terras;
- 5) o êxodo;
- 6) o desemprego;
- 7) o empobrecimento e a exterminação de milhões de famílias camponesas em todo o mundo. (THOMAZ JUNIOR, 2006, p.142)

³ “O arrendamento e uma possibilidade de recriação do campesinato, outra e pela compra da terra e outra e pela ocupação da terra. Essas são as três formas de recriação do campesinato” (CARVALHO, 2005, p. 24).

Concorda-se com Oliveira (2001), quando afirma que a estrutura fundiária brasileira configura-se como um desrespeito a história de luta social e resistência dos camponeses frente as suas formas de viver e produzir.

As reflexões acerca da questão agrária baseiam-se na voracidade capitalista de territorializar-se no campo, seja por meio do controle do uso da terra pela aquisição ou pelo arrendamento, na contratação de trabalhadores assalariados, configurando maior concentração de riquezas e terras e mantendo a situação fundiária “conservada”.

É necessário compreender as reflexões de Marcos (2006), ao assegurar que o campo brasileiro contemporâneo tem sido caracterizado pela presença de dois modelos e projetos de desenvolvimento antagônicos, que tem construído dois territórios distintos, entretanto, combinados, que são:

De um lado, o *território capitalista*, território do latifúndio grilado, do agronegócio, do transgênico, da produção para o mercado externo. De outro, mas inserido neste, o *território camponês*, da pequena unidade de produção familiar, conquistado na maior parte das vezes com sangue, território da produção de alimentos para o mercado interno (MARCOS, 2006, p. 203).

Em meio a essa realidade, vê-se a construção do território do agronegócio como forma de expropriação camponesa. Nessa lógica, Fernandes (2010) nos mostra que o agronegócio tem, a cada ano, se territorializando com maior velocidade, desterritorializando a agricultura camponesa. Associa-se também que o modelo do agronegócio é reafirmado pelo Estado, que tem como base de desenvolvimento este modelo produtivo, em detrimento da realização da reforma agrária.

Sem desmerecer a história da luta pela terra em nosso país, elenca-se que a questão fundiária habita como um problema herdado do conservadorismo brasileiro e da estratégia latifundiária dominante desde o processo de colonização, que mantinham seus territórios sob o domínio fazendário dos coronéis da época. Nesse sentido, nossa região que por vezes apresenta altos índices de pobreza, miséria e demais mazelas, que não poderiam ser atribuídos apenas às cíclicas secas, mas a um problema de estruturação social, a partir das relações de semiservidão impostas pelas oligarquias semifeudais centradas na grande propriedade, na hegemonia do coronelismo e do colonialismo (MARIÁTEGUI, 2010).

Alencar (2005), ao analisar a ação do estado na implementação das políticas fundiárias de 1971 a 2003, o que não parece diferente para os anos petistas (2003 a 2014), registra que os programas não atingiram sequer a desigual estrutura fundiária, e mais, “se por um lado agiam de maneira suave para amansar a população camponesa descontente, por outro, viabilizam e recompensam os latifundiários, com políticas públicas compensatórias e econômicas”.

No início da gestão do Lula esteve em questão o modelo de reforma agrária que deveria ser adotado. Norteada pela tentativa de proposta do Plano Nacional de Reforma Agrária, apresentada em 2003, pela equipe coordenada por Plínio de Arruda Sampaio, considerava todas as formas de obtenção de terras, desapropriação, permuta, compra e venda, e tinha como meta assentar um milhão de famílias entre 2004 e 2007.

6.5 A Questão Agrária no Ceará

6.5.1 As primeiras lutas por terra e a chegada do MST no Ceará

Na década de 1980, em consequência das demandas provocadas de acordo com advento do capitalismo, transformações no campo e a redemocratização do país, surge o I Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA), 1985-1989, e o I Plano Regional de Reforma Agrária do Ceará (PRRA-CE), onde essa proposta de reforma agrária traz consigo a revitalização dos movimentos sindicais e sociais do campo.

No Ceará ocorreram algumas manifestações, de acordo com Alencar e Diniz (2010), a primeira grande mobilização e ocupação ocorrida na cidade do Sertão Central do Ceará - na cidade de Quixeramobim no ano 1984, mobilizada através do movimento sindical, pelos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais (STR's), de Quixeramobim, Quixadá e Canindé com o apoio da Arquidiocese de Fortaleza. Onde essa mobilização teve como objetivo explícito, comemorar os quinze anos do Estatuto da Terra, porém o principal objetivo, estava oculto: lutar por reforma agrária. Foi um ato marcante para a classe camponesa, o ato contou com a participação de aproximadamente 10 mil pessoas.

Com muita firmeza e por entender que a luta é necessária, foi organizada a segunda manifestação, onde também marcante com a grande caminhada pela reforma agrária, ocorrida no ano 1985, que saiu da Federação dos Agricultores da Agricultura do Ceará (FETRAECE), percorrendo as ruas de Fortaleza até a Praça José de Alencar.

Diante desse contexto de acontecimentos por conflitos de terra com os patrões, no sentido de alcançar os mínimos direitos, surge a necessidade de uma articulação por uma luta além dos mínimos direitos, com isso se constrói uma forma de organização social que garantisse a articulação de vários camponeses para discutir encaminhamentos referente à terra. No sentido de garantir a luta, juntou-se a Comissão Pastoral da Terra - CPT da diocese de Quixeramobim, Departamento rural da Central Única dos Trabalhadores - CUT e camponeses, que já tinham um processo de ligação aos STR's de Quixeramobim, Quixadá e Canindé, reuniram-se pessoas que

tinham como objetivo lutar por direitos à terra, sendo que a pauta já não era mais lutar para diminuir o pagamento da renda, conflito esse sempre vivenciado junto aos patrões, mas a proposta de reunirmos um número de pessoas de forma mais organizada e que essa pauta pudesse ir mais além, uma luta que pudesse mobilizar, organizar e sensibilizar um grande número de famílias que tivessem como objetivo da terra não só as questões voltadas ao pagamento da renda. Com isso decidiram chamar o MST.

Os camponeses se fortaleceram e diante desse contexto se visualiza novas formas de lutar, buscar seus direitos e a identidade de camponês de direitos foi se fortalecendo, onde surgem novos planejamentos para recriar as condições do modo de vida camponês.

Para Alencar e Diniz (2010), a mobilização e ocupação é uma ação organizada, planejada e executada por grupos de camponeses e militantes dos movimentos sociais, com a finalidade de entrarem num imóvel que não estão cumprindo a função social, conforme a Constituição federal art. 184 e 186, de forma a fazer com que a terra esteja de fato cumprindo o seu papel social para com o seu uso junto à sociedade.

Através deste contato com os sindicalistas, militantes do MST vem ao Ceará, onde são realizadas discussões de como é a organização interna do MST, quais os critérios para realizar ocupações, fazem estudos junto aos camponeses, após esses processos o MST aciona demais militantes para vir ao estado, onde com a chegada dos mesmos, foi realizada processos de formações para ocupações junto aos camponeses, o MST, os camponeses e STR's dos municípios de Quixeramobim, Quixadá e Canindé, onde após preparações e formações políticas os militantes do MST junto aos demais movimentos sociais de acordo com as avaliações tomaram como encaminhamentos ocupar o primeiro latifúndio no estado do Ceará, onde essa primeira ocupação organizada pelo o MST-CE, ocorreu no dia 25 de maio de 1989, em um imóvel que abrange os municípios de Madalena, Quixeramobim e Boa viagem, através dessa ocupação o MST começa a construir uma historia no estado do Ceará, e que a partir dessa veio a mostrar a referência e a importância que tem a luta para a construção de uma nova forma de vida e de produção das famílias camponesas.

As realidades agrárias permanecem alarmantes e há um cenário inegável e que não se apresenta diferente quando vislumbramos os cenários mais localizados. Pois as políticas de compensação social enveredaram pelas instituições rurais e atenuam conflitos para assegurarem no “tempo do estado” e nas suas prerrogativas os interesses latifundiários:

Uma das estratégias das classes dominantes para garantir que a Reforma Agrária não se realizasse consistiu na conjugação dos seguintes iniciativas de pressão política: sobre o Congresso Nacional para que se mantivessem as leis que limitam o processo desapropriatório de latifúndios que não cumprem com a função social da terra; sobre o Poder Judiciário para que interpretassem as leis que favoreciam a Reforma Agrária segundo os princípios pétreos de defesa da propriedade privada, constantes do Código Civil; sobre o Poder Executivo para que limitassem os recursos financeiros para as desapropriações de terras. Ademais, através de programas governamentais que configuram o amplo espectro de iniciativas relacionadas com o desenvolvimento rural, realizam parcerias com movimentos e organizações sociais e sindicais de trabalhadores rurais para que se tornassem executores de políticas públicas compensatórias, e, portanto, dependentes de verbas públicas para garantirem a sua reprodução como organizações supostamente autônomas da sociedade civil. (CARVALHO, 2006.p.2)

Ressalta-se ainda o forte conservadorismo das elites cearenses que possuem fortes influências nas regiões estratégicas do Estado. Nesse cenário em que se aborda uma região que vem aportando às diversas políticas governamentais, na qual potencializa um grande potencial na produção de leite e carne bovina, a bacia leiteira cearense concentra-se na referida região em pesquisa.

Vale ressaltar que o Sertão Central do Ceará ainda é compreendida por uma das regiões muito assoladas pela ausência de chuvas, denota-se de dificuldades imensas para manutenção desses camponeses em seus ambientes de vida, pois demanda sempre o aporte de várias políticas de convivência com o semiárido, mais que são sempre paliativas, como carros pipas, poços profundos mais que não mantém suas vazões e tornam as localidades rurais como “ espaços de produção limitada mais de resistência camponesa”.

6.5.2 As tentativas de Reforma Agrária no Ceará e Seus Contrastes

Mesmo com um processo de luta marcado por uma grande resistência da classe camponesa, a situação agrária em nosso país é carregada e fortalecida pelo governo que sempre agiu com desmerecimento de prioridade total ao modelo de programa de reforma agrária. E que vem agindo sempre de forma mais que estratégica ausentando e desarticulando a importância da execução do projeto de reforma agrária, e cada vez mais fortalecendo um conservadorismo que vem sendo herdado de muito tempo por uma defesa da elite dominante em manter as questões agrárias na permanência da existência dos grandes latifundiários.

A consideração da questão agrária como uma importância manifestação da questão social expressa a expropriação tanto da riqueza natural quanto da riqueza socialmente produzida e, por isso sua defesa visa alterar as relações de desigualdades que garantem a reprodução do capitalismo. Dessa forma, a luta do MST em torno da defesa coletiva dos bens ambientais coloca-se na contracorrente e desafia diferentes sujeitos coletivos a criarem processo de politização e de formação de

consciência de classe para fortalecer a emancipação política e humana em relação a manifestação do metabolismo social do capital na agricultura, trazendo elementos ao debate da maioria contra o reino da minoria. (LOPES, ABREU E CARDOSO, 2014.p. 150)

Entende-se que uma das premissas fundamentais da reforma agrária tem sido o acesso à terra, mas essa conquista não será única para garantir as necessidades dos trabalhadores. Com isso a luta pela a terra diante da expansão e força do capitalismo que vem-se mantendo sempre no patamar de superior ao domínio de todos os setores sociais da classe subalterna, no campo não será diferente e essa luta se torna cada vez mais complexa, direcionando as bandeiras de lutas e resistência ao contexto social. Dessa forma os desafios são ainda maiores, e surge cada vez mais a importância da organização dessas famílias, para que se discuta reforma agrária com uma visão mais ampla, para atender às demandas que supra as situações alternativas, popular e camponês.

Lopes, Abreu e Cardoso (2014) trazem presente as diretrizes que contribuem para as diversas questões que norteiam a questão agrária. Nesse sentido, poderíamos apontar como principais eixos das lutas que hoje se constrói em torno da questão agrária:

- Acesso a terra, o qual abrange também bandeiras como a distribuição de terras e o limite do tamanho da propriedade de bens da natureza;
- Garantia e defesa do uso, da posse e da legalização das terras das comunidades nativas, indígenas e quilombolas, bem como o respeito a suas culturas, profundamente afetadas pelo agronegócio e pela internacionalização das terras;
- Política pública de apoio à produção camponesa, potencializando a organização dos trabalhadores em novas formas de gestão do trabalho no campo (cooperativas), os preços, a pesquisa agropecuária, dentre outros elementos;
- Promoção e desenvolvimento de políticas públicas para a população do meio rural de uma forma geral, em áreas como educação, saúde, seguridade social, habitação e etc.;
- Soberania alimentar e nacional, pautando que a produção de alimentos deve ser controlada pelas forças sociais nas realidades nacionais;
- Preservação do meio ambiente local, regional e nacional, como a utilização de técnicas de produção que busquem o aumento da produtividade do trabalho e da terra, o respeito ao meio ambiente e a biodiversidade, o combate ao uso e agrotóxicos, o “desmatamento 0”, a desmercantilização da água e etc.;
- Implementação de um projeto energético orientado pelos os interesses dos trabalhadores;
- Construção de uma nova matriz tecnológica baseada na agroecologia como estratégia produtiva e política a ser orientada pelos os processos de lutas dos trabalhadores (LOPES, ABREU E CARDOSO,p. 144)

A situação agrária no estado do Ceará, ainda permanece seguindo os roteiros e os modelos da concentração fundiária, onde o campo continua sendo cada vez mais incorporado por grandes latifundiários e empresários rurais que materializam sua hegemonia sobre a expansão das empresas multi e transnacionais para a produção de *commodities* que são exportadas para o exterior, considerando que essas empresas são as vencedoras no ranking da exportação do Ceará.

Encontramos aqui uma das grandes características da precariedade da reforma

agrária, quando se deixa claro o acesso à terra, as qualidades da terra, sendo que os solos mais férteis do estado concentram-se em uma região do baixo médio Jaguaribe, onde o número de famílias assentadas é mínima e as terras são concentradas nas mãos de poucos fazendeiros latifundiários da região. É fato que a maioria dos projetos de reforma agrária são em áreas localizadas no semiárido com mínimas condições de produção de acordo com os tipos de solos e as condições climáticas da região.

Com base nos dados do INCRA (2009), no governo de Fernando Henrique Cardoso, nos anos de dois mandatos entre 1995 a 2002, é reconhecido que obteve avanços significantes, no sentido de que nos primeiros quatro anos de governante foram assentados 287.994 famílias. Os camponeses vinham de um contexto histórico marcado por governos de resistência em não aderir ao projeto de reforma agrária, bem como também marcado pela resistência na esperança de um sonho por um pedaço de chão. Entende-se como uma contribuição e reconhecimento do projeto de reforma agrária, pois mesmo diante de muita resistência dos camponeses o maior número de famílias assentadas na história dos demais governos tinham alcançado somente 218.033 famílias, época que ficou marcada por implementações de programas que se inseriam dentro do projeto de reforma agrária, como o Programa de Crédito Especial para a Reforma Agrária – PROCERA. Em 1985, com o objetivo de aumentar a produção e a produtividade agrícolas nos assentamentos de reforma agrária, com o intuito de inserção no mercado, e garantir a emancipação, ou seja, independência da tutela do governo com a titulação definitiva. Porém o mesmo só foi operacionalizado em 1995.

Nos anos de 2003 a 2010, com os próximos governos, tendo em vista no governo anterior os avanços foram em quantidades, mas que se deixou muito a desejar na qualidade dessa execução. Nesse sentido, aqui se vem outras cobranças sobre a reforma agrária. As cobranças por reforma agrária é de que o governo atual realizasse discussões referentes às condições de viabilizar os projetos existentes de uma forma sustentável para as famílias camponesas. Sem quase nenhuma inovação de programas que fossem além do processo quantitativo de famílias assentadas, mas de um avanço social econômico da desenvoltura dessas famílias no projeto de reforma agrária, esse continuou somente fortalecendo as quantidades e assim começa novamente a negação do projeto de reforma agrária em todos os setores sociais para com as famílias camponesas assentadas.

Os assentamentos foram criados, basicamente por duas diferentes propostas de reestruturação fundiária: pela tradicional reforma agrária do INCRA e pela chamada reforma agrária solidária.

6.6 Quixeramobim: Justiça Social Por Meio de Justiça Agrária

O município de Quixeramobim que tem um acompanhamento político nas áreas de reforma agrária muito atuante por parte do MST, que vem conseguindo diante de um difícil processo de lutas, batalhar por reforma agrária, que atrelado à proposta de reforma agrária popular do MST⁴, vai bem mais além do que simplesmente a conquista pela terra.

O município está organizado com muitas áreas de assentamentos rurais que estão em constantes processos de lutas por melhorias de qualidade de vida. Mobilizados junto ao MST, os assentados do município sempre se organizam em prol da melhoria da qualidade de vida de forma sustentável.

No caso do assentamento Alegre, as famílias vivem exercendo os trabalhos de forma coletiva e individual na exploração das cadeias de produção agrícola e pecuárias e se organizam socialmente através da associação denominada de Associação dos Assentados do Assentamento Alegre, sendo a mesma conduzida pela diretoria como articuladores e encaminhadores junto aos demais sócios da entidade. A diretoria que é composta por doze sócios, assume um perfil de gestores de todas as formas de produção e de gestão organizacional da associação, a mesma mantém uma atuação social junto às famílias assentadas, são responsáveis em discutir, encaminhar e intermediar todas as questões sociais das famílias assentadas, juntamente com o MST, que realiza o acompanhamento político do assentamento e da associação junto aos órgãos públicos.

A associação do assentamento Alegre, por ser acompanhada pelo movimento social MST, discute uma forma de produzir e conviver em famílias, que contemple uma abrangência com três eixos 'social, produtiva e ambiental', no sentido de produzir de forma sustentável, sem degradar o meio ambiente. As famílias vêm realizando um trabalho que procura inserir as mulheres camponesas no máximo nas atividades produtiva agrícola e pecuária, bem como também não agropecuárias, como artesanato, confecções e dentre outras formas.

Dentre esses três eixos que são muito bem discutidos no assentamento, a associação realiza as discussões entendendo que a parte social engloba as discussões referentes ao acesso às políticas públicas, como acesso a educação,

⁴ Essa proposta de reforma agrária reflete parte dos anseios da classe trabalhadora brasileira para construir uma nova sociedade igualitária, solidária, humanista e ecologicamente sustentável. Desta forma, as propostas de medidas necessárias devem fazer parte de um amplo processo de mudanças na sociedade e, fundamentalmente, da alteração da atual estrutura de organização da produção e da relação do ser humano com a natureza, de modo que todo o processo de organização e desenvolvimento da produção no campo aponte para a superação da exploração, da dominação política, da alienação ideológica e da destruição da natureza. (STEDILE, pág.149)

saúde, água potável e para a produção agrícola e pecuária, habitação, enfim políticas públicas que em conjunto com o projeto de reforma agrária garanta uma qualidade mínima de vida às famílias. Bem como também na área social, a organização de grupos de mulheres e jovens no sentido de formarem um grupo de mulheres onde as mesmas possam realizar estudos políticos que retratem a importância da inserção da mulher no processo de desenvolvimento do assentamento, que para elas não está muito claro ainda como se inserir, bem como também a possibilidade de estar garantindo alguma política específica para contribuir em alguma forma de produção a qual as mulheres possam ser as principais atoras da atividade. Outro fator social muito importante é organização dos jovens no assentamento, que hoje estão em sua maioria migrando para os grandes centros urbanos, à procura de oportunidade de trabalho e lazer.

O assentamento está localizado no endereço: Distrito de Uruquê – Assentamento Alegre, tendo como vias de acesso: saindo de Fortaleza pela BR 116, até o triângulo de Quixadá, segue à direita na CE 060, conhecida como estrada do Algodão, percorrendo um total de 195 km até o Distrito de Uruquê, município de Quixeramobim, entra a direita, ao lado da quadra poliesportiva, segue direto, percorrendo 04 km de estrada carroçável, até chegar à sede da Associação dos Assentados do Assentamento Alegre. Segue a figura 1 de localização da área de assentamento.

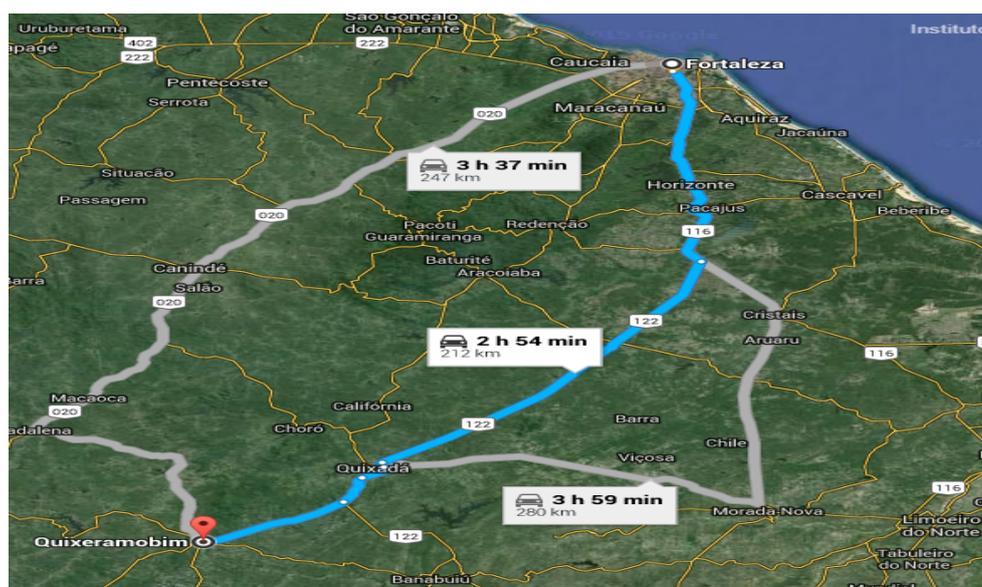


Figura 1: Acesso ao Assentamento Alegre

Fonte: Google Maps. Acesso ao Assentamento Alegre. Quixeramobim- CE. Adaptado por CASSUNDÉ, 2019.

Na ocasião reflete-se que o assentamento está numa boa localização com vias de fácil acesso, no âmbito de escoamento da produção, ressaltos que as famílias

possuem suas relações comerciais com o município de Quixeramobim, que fica aproximadamente a 6 km da sede do municipal, onde os referidos assentados realizam suas feiras e comercialização dos seus produtos, através da feira da agricultura familiar organizada através do MST.

7 METODOLOGIA

No tocante à metodologia de pesquisa (os instrumentos e/ou técnicas) para a realização da pesquisa de campo, utilizar-se-á: a pesquisa bibliográfica (livros, teses, dissertações, entre outros) e documental em fontes primárias e secundárias; realização de entrevistas semiestruturadas, construções de rodas de conversas, observações a partir das atividades orgânicas da comunidade (reuniões de núcleos, coordenações, mutirões, assembleia entre outros), anotações do caderno de campo e registros fotográficos.

Para a realização da pesquisa ressalta-se que para melhor aprimoramento da investigação a mesma será dividida em etapas a serem desenvolvidas, que obrigatoriamente não seguirão a ordem citada aqui, podendo em alguns casos ocorrer concomitantemente.

Como desafio desse trabalho buscar-se construir uma abordagem a partir das reflexões de Brandão (1987), com ênfase numa pesquisa participante, engajada e comprometida com a transformação da realidade envolvida.

Na ocasião pretende-se fortalecer que essa forma de construir a pesquisa vai para além do compromisso, há intenção de fortalecer uma metodologia que considere os processos vivenciais, na qual estamos chamando de “pesquisa militante” que nos fará no decorrer da construção desse trabalho, entender o que ponderamos como pesquisador militante e seus entraves.

Ainda assim, reflete-se acerca do que nos diz Santos (2013) quando nos referimos a esses pesquisadores:

Os pesquisadores militantes são aqueles que não só se envolvem com o campo científico como também com campo político e social. As questões de uma pesquisa militante necessariamente surgem do campo das práticas, da intervenção social, ou seja, da práxis do pesquisador que é também sujeito da realidade que pretende transformar. Neste caso, a pesquisa possui um objetivo claro: refletir sobre determinado contexto e contribuir para a sua transformação. (SANTOS, 2013, p.2).

Por fim, por se tratar de uma pesquisa militante/participante, na qual o pesquisador encontra-se envolvido no cotidiano das resistências e das relações estabelecidas no território em questão, serão realizados momentos dessa construção numa dinâmica de camponês a camponês, como construção e partilhas dos saberes, sempre com foco na mudança de realidade.

A pesquisa científica tem como princípio a adoção de metodologias participativas, pois entende que a mesma tem um caráter de identificar informações e

dados, sendo pensada sempre no intuito de valorizar o conhecimento local a partir das famílias.

Em primeiro momento, a proposta é de que se faça momentos de apresentação da pesquisa a todas as famílias do assentamento, através da participação de uma assembleia ordinária da associação dos assentados.

Em um segundo momento propor para a comunidade um momento extraordinária para que possa aplicar e executar algumas dinâmicas como a linha do tempo, desenho do mapa do assentamento, e dentre outras ferramentas para análise coletiva do assentamento como todo, desde de suas formas de produção agrícola e pecuária, formas de organização social, quais os tipos de créditos já foram contemplados, como se dá a gestão das infraestruturas coletivas do assentamento, formas de controle sociais para com os assentados.

Em outro período de tempo, a ideia seria de realizar uma visita a cada unidade familiar, com o intuito de conhecer a forma de produção, quais as culturas exploradas, tamanho das áreas, formas de acesso a políticas públicas que garantem a melhoria da qualidade de vida das famílias, Nessa visita aplicar um diagnóstico individual, que contemple três eixos, produtiva, englobando as formas de exploração e produção, social, englobando todo o contexto de social das famílias assentadas, como educação, saúde, cultura, lazer, inserção do jovem e da mulher no processo de desenvolvimento do assentamento, principais fontes de renda e dentre outros pontos que consideramos sociais, e um terceiro ambiental, onde contemple as formas de exploração da terra e a produção de grãos e sementes.

8. REFERÊNCIAS

ALENCAR, F. A. G.; DINIZ, A. S. **MST-Ceará, 20 anos de marchas**. Mercator, vol 9. Número 20, 2010: set./dez. p. 133-148.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues (Org.), **Repensando a pesquisa participante**, São Paulo Brasiliense, 1987.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Caderno de Formação: Reforma Agrária**.

CARVALHO, Horacio Martins de. **O campesinato no século XXI** possibilidades e condicionantes do desenvolvimento do campesinato no Brasil. 1. ed. Petropolis: Editora Vozes, 2005. 405 p.

DINIZ, Aldiva Sales. **Trilhando caminhos: A resistência dos camponeses no Ceará em busca de sua libertação**. São Paulo, USP, 2009. 240p. Tese (Doutorado em Geografia Humana). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2009.

FABRINI, João Edmilson. **Conflitos territoriais entre o campesinato e o agronegócio latifundiário**. São Paulo: Outras expressões, 2014.

FERNANDES, Bernardo Mançano; WELCH, Clifford Andrew. Campesinato e Agronegócio da Laranja nos EUA e Brasil. In: FERNANDES, Bernardo Mançano (Org.). **Campesinato e Agronegócio na América Latina: A Questão Agrária Atual**. São Paulo: Expressão Popular, 2008. p.45-69.

FELIX, J.H.S.*et al.* Como escrever bem: projeto de pesquisa e artigo científico. 1ed. Curitiba: Apriis, 2018

LOPES, Josefa Batista; ABREU, Marina Maciel; CARDOSO, Franci Gomes. O carácter Pedagógico da intervenção Profissional e sua relação com as lutas sociais. In: ABRAMIDES, Maria Beatriz; DURIGUETTO, Maria Lúcia (Org.). **Movimentos sociais e Serviço Social: Uma relação necessária**. São Paulo: Cortez, 2014. Cap. 10. p. 195-213. (1).

MARCOS, Valéria de; **Tempo de semear: novos caminhos para um novo campo no Brasil do século XXI**. In: SILVA, José Borzacchiello; LIMA, Luiz Cruz; ELIAS, Denise (Organizadores). **Panorama da Geografia Brasileira**. 1ª Edição. São Paulo: Annablume editora, 2006.

MARIATEGUI, José Carlos. **Sete Ensaios de Interpretação da Realidade Peruana**. 2.ed. São Paulo: Expressão Popular 2010.

MATTEI, Lauro. "O debate sobre a reforma agrária no contexto do Brasil rural atual". **Política & Sociedade**. Florianópolis - Vol. 15 - Edição Especial, 2016.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **A agricultura camponesa no Brasil**. 4 ed. São Paulo: Contexto, 2001. (Caminhos da Geografia).

SANTOS, M. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. São Paulo: Record, 2008.

STEDILE, J. P. **A questão agrária no Brasil: o debate na década de 1990**. Expressão

